



Avenida Graça Aranha 35, Centro, Rio de Janeiro/RJ - CEP 20030-002  
Telefones: (21) 3037-6001 ou (21) 3037-6002 - [www.ancine.gov.br](http://www.ancine.gov.br)

## TERMO DE REFERÊNCIA

PROCESSO Nº 01416.009771/2017-08

### 1. OBJETO

1.1 Contratação de empresa especializada para a realização do Laboratório de Desenvolvimento de projeto de formato de obra audiovisual, visando o desenvolvimento de projetos contemplados nas Chamadas Públicas **PRODAV 04/2013** e **PRODAV 04/2014** do Fundo Setorial do Audiovisual – FSA. O laboratório consiste em treinamento prático específico por meio de encontros presenciais e acompanhamento à distância do desenvolvimento dos projetos contemplados e terá duração de 18 meses.

1.2 Entende-se como formato de obra audiovisual uma criação intelectual original, externalizada por meio que assegure o conhecimento da autoria primária, que se caracteriza por estrutura criativa central, invariável, constituída por elementos técnicos, artísticos e econômicos, descritos de forma a possibilitar arranjos destes elementos para a realização de uma obra audiovisual seriada.

1.3 A proposta do laboratório deve integrar elementos que permitam o desenvolvimento dos projetos a partir da ótica de formato de obra audiovisual, independentemente do seu gênero (live action ou animação), oferecendo suporte tanto em aspectos artísticos e técnicos como também em questões ligadas à gestão de marcas e direitos, modelos de negócio, etc.

### 2. JUSTIFICATIVA

2.1 O roteiro que chega à etapa de filmagem quase nunca é sua primeira versão.

2.2 Até chegar ao tratamento adequado, o roteiro deve passar pela etapa conhecida como Desenvolvimento de Projeto, que consiste na mobilização de esforços, cumulativos e/ou alternativos, de aquisição de direitos, realização de pesquisas, criação dramática, criação narrativa e não-narrativa, criação de concepção visual e criação de arranjo técnico-artístico-econômico.

2.3 É através desse processo, que representa cerca de 5% do valor total de produção do projeto, que uma ideia (original ou derivada) amadurece de forma a possibilitar a realização de uma obra audiovisual consistente, tanto por critérios artísticos quanto econômicos.

2.4 O setor audiovisual brasileiro vem se deparando, nos últimos anos, com a falta de mão de obra qualificada para escrever e desenvolver projetos de qualidade, uma situação que se viu ainda mais preocupante tendo em vista o aumento da demanda de produção proporcionada pela entrada em vigor da Lei 12.485/2011, que criou cotas de conteúdo brasileiro na TV Paga.

2.5 Além do déficit de profissionais, outra questão envolvida no tema consiste nas diferentes abordagens de desenvolvimento possíveis. Em um país com dimensões continentais como o Brasil, no qual a produção audiovisual vê-se fortemente concentrada no eixo Rio – São Paulo, a falta do conhecimento necessário para o bom desenvolvimento de um projeto pode contribuir ainda mais para dificultar o acesso de produtoras fora do eixo a financiamento e janela de exibição interessados em seus projetos.

2.6 Com vistas a suprir essa demanda e diminuir a assimetria de informação no desenvolvimento de projetos audiovisuais, as edições 2013 e 2014 das chamadas públicas para a apresentação de projetos no FSA- Fundo Setorial do Audiovisual prevê linhas de desenvolvimento de projetos de obras audiovisuais seriadas e não seriadas de longa-metragem e de formatos de obra audiovisual.

### 3. OBJETIVO

3.1 O objetivo desta ação é capacitar profissionais do mercado audiovisual brasileiro a realizar o desenvolvimento de projetos que tenham apelo artístico e comercial junto ao mercado, o que qualifica o investimento em produção, possibilitando a existência de melhores projetos concorrendo a recursos públicos.

3.2 A contratação de agentes do mercado para realizar os laboratórios de desenvolvimento justifica-se pela especialização necessária para a realização deste tipo de trabalho. Mesmo no mercado audiovisual, não é qualquer empresa que estaria apta a realizá-lo, pois o fato de uma produtora apresentar vasto currículo de projetos desenvolvidos não implica que ela tenha experiência ou mesmo o conhecimento necessário para dar suporte ao desenvolvimento de projetos.

3.3 Outra peculiaridade do serviço a ser prestado é a sensível diferença na abordagem que deve existir dependendo do tipo de projeto a ser desenvolvido, por exemplo, projetos de cinema ou de televisão, projetos de ficção ou documentário, projetos de obra audiovisual ou de formato de obra audiovisual.

3.4 Com o objetivo de garantir a qualidade do serviço a ser prestado, o edital traz os requisitos de Qualificação Técnica-Profissional necessários à comprovação das condições que tomam uma empresa apta a conduzir o laboratório para cada diferente tipologia de projeto.

#### 4. CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

4.1 Os serviços objeto deste Termo de Referência enquadram-se na categoria de bens e serviços comuns, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002 e do Decreto nº 5.450, de 2005, por possuírem padrões de desempenho e características gerais e específicas usualmente encontradas no mercado.

#### 5. LABORATÓRIOS DE DESENVOLVIMENTO

5.1 A Linha Laboratórios de Desenvolvimento – **PRODAV 04/2013** e **PRODAV 4/2014** prevê que o suporte ao desenvolvimento de projetos contemplados ocorrerá por meio da implantação de dinâmica de laboratório e supervisão à distância do desenvolvimento dos mesmos, organizados por empresas especializadas, de acordo com o tipo de projeto a ser desenvolvido.

5.2 As Chamadas Públicas **PRODAV 04/2013** e **PRODAV 4/2014** contemplaram projetos de diferentes tipologias, que originaram diferentes laboratórios já em execução.

5.3 A única tipologia cujo laboratório ainda não se encontra definido é a tipologia de formato de obra audiovisual, que teve 06(seis) projetos contemplados nas Chamadas Públicas **PRODAV 04/2013** e **PRODAV 04/2014**.

5.4 Deverá, portanto, ser contratada uma empresa para ministrar o laboratório referente à tipologia de formato de obra audiovisual, concluindo assim a contratação dos laboratórios para a totalidade dos projetos contemplados nestas duas chamadas públicas.

5.5 Por formato audiovisual, entende-se o que o trabalho de desenvolvimento será orientado para uma visão da obra audiovisual como criação intelectual original, externalizada por meio que assegure o conhecimento da autoria primária, que se caracteriza por estrutura criativa central, invariável, constituída por elementos técnicos, artísticos e econômicos, descritos de forma a possibilitar arranjos destes elementos para a realização de uma obra audiovisual seriada.

5.6 Assim, o foco do laboratório não deve ser direcionado para uma tipologia específica, mas sim para o desenvolvimento integrado dos aspectos artísticos do projeto e daqueles relacionados à criação e gestão de marcas e direitos, modelos de negócio, e outros fatores capazes de enquadrar os projetos como um formato de obra audiovisual.

5.7 O laboratório deverá consistir em encontros presenciais de, no mínimo, 03 (três) semanas não contínuas, espaçadas ao longo de todo o período de desenvolvimento, com carga horária de 40 (quarenta) horas cada, que serão organizados a partir das propostas a serem desenvolvidas e de supervisão à distância durante todo o período de desenvolvimento do projeto, que será no máximo de 18 meses.

5.8 As dinâmicas presenciais necessitam prever o encontro dos proponentes dos projetos participantes com agentes do mercado de programação.

#### 6. DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES

6.1 O laboratório será composto por 6 projetos.

6.2 A parte presencial do laboratório deverá ser realizada na cidade de São Paulo.

6.3 O planejamento da parte presencial deve prever a participação como palestrante de ao menos um profissional renomado do mercado de programação, que comprovadamente tenha trabalhado nos últimos 5 (cinco) anos por um período mínimo de 1 (um) ano em canal de televisão cuja programação semanal seja formada por, no mínimo, 1/3 (um terço) de obras que se enquadrem na definição de formato audiovisual ou derivadas.

6.4 Especificações:

- a) Organizar e ministrar laboratório de desenvolvimento de projeto de formato de obra audiovisuais, que consistirá em encontros presenciais com o mínimo de 3 (três) semanas não contínuas, espaçadas ao longo de todo o período de desenvolvimento, com o mínimo de 40 (quarenta) horas semanais cada, com todos os projetos selecionados para o laboratório, e supervisão à distância durante todo o período de desenvolvimento do projeto, cujo prazo máximo será de 18 meses.
- b) O conteúdo programático deve contemplar tanto os aspectos necessários para o desenvolvimento dos elementos artísticos dos projetos, como também a integração necessária desses elementos a outros componentes, tais como criação e gestão de marcas e direitos, modelos de negócio, etc. de forma a permitir o desenvolvimento da obra como um formato audiovisual.
- c) A organização temporal dos encontros presenciais deverá ocorrer da seguinte forma.
- A primeira semana presencial deverá ocorrer entre o 3º (terceiro) e o 4º (quarto) mês do contados a partir da contratação.
  - A segunda semana presencial deverá ocorrer entre o 9º (nono) e 10º (décimo) mês contatos a partir da contratação.
  - A terceira semana presencial deverá ocorrer entre o 14º (décimo quarto) e 15º (décimo quinto) mês contatos a partir da contratação.
- d) As dinâmicas presenciais e à distância precisam seguir a metodologia descrita no item 9.

## 7. CUSTOS

7.1 A planilha de custos deverá ser preenchida de acordo com os modelos apresentados abaixo e deverá seguir as seguintes especificações:

7.1.1 -A equipe de instrutores presenciais deverá ser formada por, no mínimo, 4 (quatro) profissionais.

7.1.2 - Entre os instrutores presenciais deve haver obrigatoriamente a participação de ao menos um agente renomado do mercado de programação de obras derivadas de formato audiovisual.

7.1.3 -O espaço físico oferecido deverá ser localizado na cidade de São Paulo, deverá ser capaz de comportar 12 (doze) participantes e ser climatizado, em localidade de fácil acesso e mobiliado de acordo com a estrutura e a premissa pedagógica dos treinamentos (mesas, cadeiras etc);

7.1.4 - A rubrica Equipamentos deverá incluir: projetor, telão e apontador laser, para uso de Power Point e de vídeos; Equipamento de som com potência adequada ao tamanho das salas, com microfones sem fio (se houver necessidade), e cabo para comunicação com o equipamento audiovisual; operadores para os equipamentos de som e imagem. Ponto de acesso à internet.

7.1.5 - O material didático deve incluir materiais de escritório, de acordo com a premissa pedagógica dos laboratórios (canetas, blocos, pastas etc) e Notebook para os palestrantes.

7.1.6 - Os custos administrativos devem incluir recepcionista para controle de acesso e frequência, serviço de coffee-break de acordo com os quantitativos de participantes de cada laboratório e estão limitados a 10% do total do orçamento.

7.1.7 - O bônus da empresa contratada está limitado a 10% do total do orçamento.

ITEM	QUANT.	UNID.	VALOR UNITÁRIO	VALOR GLOBAL
Instrutores Presenciais				
Profissionais para o acompanhamento a distância				
Espaço Físico				
Equipamentos				
Transporte				
Hospedagem				
Material Didático				
Custos Administrativos				
Bônus				
TOTAL				

## 8. EQUIPE TÉCNICA E EXPERIÊNCIA MÍNIMA

8.1 A empresa candidata deverá comprovar experiência própria. Poderá ser utilizado o currículo do gestor do laboratório, quando este não fizer parte do quadro societário da empresa candidata, para comprovação de experiência da empresa.

8.2 Para fins de comprovação da experiência da empresa, poderá ser considerada a experiência pregressa de seus sócios assim como serviços prestados para outras empresas.

8.3 A empresa responsável pelo laboratório deverá comprovar os seguintes requisitos:

a) No mínimo, 2 (dois) projetos desenvolvidos e comercializados nos últimos 10 anos, derivados de formato audiovisual e/ou 2 (dois) projetos desenvolvidos e comercializados nos últimos 10 anos de obra seriada de não-ficção que tenham tido mais de uma temporada, dentro do mesmo período de 10 anos.

b) No mínimo, 2 (dois) cursos lecionados nos últimos 5 (cinco) anos voltados para desenvolvimento obras audiovisuais seriadas destinadas inicialmente ao mercado de tv paga, tv aberta ou vídeo por demanda, bem como outras janelas que não salas de exibição.

c) Os projetos participantes deste laboratório deverão ter o acompanhamento à distância de, no mínimo, dois profissionais: o primeiro designado a realizar o acompanhamento do desenvolvimento dos elementos técnicos, artísticos e econômicos que constituem a estrutura criativa central do formato, incluindo elementos ligados à comercialização e divulgação da obra audiovisual a partir da lógica de uma marca comercial, e o segundo destinado a acompanhar o desenvolvimento do desenho de produção.

8.3.1 Os profissionais especificados no item c) do item 8.3 devem ter experiência no mercado de obras audiovisuais voltadas para o mercado de tv ou outras janelas que não apenas salas de exibição, podendo essa experiência ser na parte de programação, em canais que apresentem em sua grade programas de formato audiovisual, e/ou experiência na produção de obras audiovisuais seriadas, de não-ficção, que tenham mais de uma temporada comercializada e exibida.

8.4 O desenvolvimento de uma obra deverá ser comprovado através da apresentação do contrato firmado para o desenvolvimento da obra e do número do CPB da respectiva obra. O contrato poderá ser dispensado quando o CPB estiver em nome da empresa CONTRATADA.

8.5 No caso de ausência de contrato específico de desenvolvimento, serão aceitos contratos que comprovem a realização, pela empresa ou pelo Gestor, de atividades características desta etapa do projeto audiovisual, como roteiristas (e afins) e Produtores Executivos.

8.6 Em substituição ao contrato, poderá ser aceita também declaração da empresa detentora da obra atestando a realização do desenvolvimento. A declaração deverá conter:

- a) identificação, endereço, telefone e e-mail da empresa atestante;
- b) uma síntese do(s) serviço(s) prestado(s) ao atestante;
- c) manifestação acerca da qualidade do(s) serviço(s);
- d) local, data e assinatura do atestante.

8.7 A comercialização da obra deverá ser comprovada através de documento comprobatório de que a obra foi programada e/ou exibida publicamente no respectivo segmento de mercado, como jornais de grande circulação e revistas especializadas.

8.8 A comprovação da comercialização deverá ser referente aos segmentos TV Paga, TV Aberta ou Vídeo por Demanda, bem como outras janelas que não sala de exibição.

## 9. METODOLOGIA E ESTRUTURA DOS LABORATÓRIOS PRESENCIAIS E SUPERVISÃO À DISTÂNCIA

9.1 As empresas deverão **apresentar a Metodologia e a Estrutura do laboratório presencial**, com indicação das aulas a serem ministradas e das dinâmicas que serão realizadas, incluindo a dinâmica de aproximação dos projetos participantes do laboratório com agentes do mercado, assim como a **Estrutura e Metodologia da supervisão à distância**.

9.2 A Metodologia deverá consistir na estratégia de trabalho para chegar ao projeto desenvolvido, de acordo com os parâmetros fornecidos abaixo:

- a) elaboração do conceito da obra audiovisual;
- b) escritura da narrativa e/ou dinâmicas de interação;
- c) montagem do universo da trama (se for o caso);
- d) concepção dos personagens e/ou construção de perfil de participantes ou apresentador;
- e) desenho de cenários e/ou *storyboard* (se for o caso);
- f) elaboração dos orçamentos e planos de financiamento;
- g) planejamento do desenho de produção;
- h) planejamento financeiro, inclusive estratégia de comercialização de direitos; definição dos direitos artísticos necessários à produção; e

i) elaboração de modelo de negócio visando a comercialização da obra, unido a estratégias colocação de marca, produto ou serviço e possíveis contratos de parceria.

9.3 Ao final do serviço, o projeto desenvolvido consistirá em um conjunto mínimo de informações a serem apresentadas, de acordo com a Chamada Pública em que o projeto foi contemplado.

**9.3.1 Para projetos contemplados na Chamada Pública Prodav 04/2014:**

- a) capa (contendo título, nome dos criadores e nome da empresa proponente);
- b) conceito do formato (premissa e abordagem geral do tema, tom, estratégia de pesquisa com ações e etapas e público alvo);
- c) visão de comunicabilidade (logline e público-alvo - espectadores, janelas, segmentos, canais, horários, etc.);
- d) personagens (descrição detalhada dos perfis dos personagens reais participantes e do apresentador, se for o caso);
- e) dinâmicas (descrição detalhada das dinâmicas pré-determinadas de interação entre os personagens reais participantes);
- f) arranjos originais de criação técnica, artística e econômica (modelo de negócio desenvolvido para colocação de marca, produto ou serviço e contratos de parceria);
- g) sinopse da totalidade de episódios;
- h) escaleta de cada episódio;
- i) orçamento de produção e plano de financiamento;
- j) folheto de comercialização (apresentação da série para aquisidores diagramado em formato A4 frente e verso, colorido);
- k) folheto de comercialização do demo jogável (apresentação do demo jogável para aquisidores diagramado em formato A4 frente e verso, colorido, versões em português e inglês) (quando houver);
- l) episódio-piloto ou webisódios (quando houver).

**9.3.2 Para projetos contemplados na Chamada Pública Prodav 04/2013**

- a) capa (contendo título, nome dos criadores e nome da empresa proponente);
- b) conceito do formato (premissa e abordagem geral a tema, tom, dinâmicas de interação dos personagens reais participantes, direção de arte e público alvo);
- c) personagens (descrição detalhada dos perfis dos personagens participantes e do apresentador, se for o caso);
- d) dinâmicas (descrição detalhada das dinâmicas pré-determinadas de interação entre os personagens reais participantes);
- e) arranjos originais de criação técnica, artística e econômica (modelo de negócio desenvolvido para colocação de marca, produto ou serviço e contratos de parceria);
- f) sinopses detalhadas da totalidade de episódios;
- g) escaleta de cada episódio;
- h) orçamento e plano de financiamento;
- i) folheto de comercialização (apresentação da série para aquisidores diagramado em formato A4 frente e verso, colorido);
- j) folheto de comercialização (apresentação do demo jogável para aquisidores diagramado em formato A4 frente e verso, colorido, versões em português e inglês) – quando houver.

## 10. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

10.1 A empresa contratada para ministrar o laboratório deverá realizar as seguintes entregas ao longo do período de desenvolvimento:

a) Relatório contendo informações logísticas da dinâmica presencial e supervisão à distância e do diagnóstico preliminar de cada projeto participante do Laboratório, acompanhado da descrição da dinâmica de capacitação para desenvolvimento dos projetos e do currículo da equipe de instrutores, palestrantes e profissionais de acompanhamento à distância, para verificação de atendimento aos requisitos mínimos exigidos por este Termo de Referência.

Prazo: até o fim do 3º (terceiro) mês após a contratação.

b) Parecer consubstanciado para cada projeto participante descrevendo o desenvolvimento das obras desde a primeira semana presencial do laboratório e indicando possíveis problemas e soluções.

Prazo: até 8º (oitavo) mês contado a partir da contratação.

c) Parecer consubstanciado para cada projeto participante descrevendo o desenvolvimento das obras desde a segunda semana presencial do laboratório e indicando possíveis problemas e soluções.

Prazo: até o 13º (décimo terceiro) mês contado a partir da contratação.

d) Parecer consubstanciado para cada projeto participante descrevendo o desenvolvimento das obras desde a terceira semana presencial do laboratório e indicando possíveis problemas e soluções.

Prazo: até o 18º (décimo oitavo) mês contado a partir da contratação.

10.2 Os profissionais contratados para o acompanhamento à distância deverão ter disponibilidade para tirar dúvidas dos desenvolvedores dos projetos pelo período de 72 horas após a entrega de cada relatório.

## 11. PAGAMENTO

11.10 pagamento será efetuado pela ANCINE no prazo de 10 (dez) dias, contados da apresentação da Nota Fiscal/Fatura contendo o detalhamento dos serviços executados, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

11.2 O pagamento será efetuado em **5 (cinco) parcelas**, de acordo com o seguinte cronograma:

- a) **20% (vinte por cento)** após a apresentação de relatório contendo as informações logísticas da dinâmica presencial e supervisão à distância e do diagnóstico preliminar de cada projeto participante do Laboratório, acompanhado da descrição da dinâmica de capacitação para desenvolvimento dos projetos.
- b) **20% (vinte por cento)** após a realização da primeira semana do Laboratório e da apresentação de relatório descrevendo as dinâmicas ocorridas.
- c) **20% (vinte por cento)** após a realização da segunda semana do Laboratório e da apresentação de relatório descrevendo as dinâmicas ocorridas.
- d) **20%(vinte por cento)** após a realização da terceira semana do Laboratório e da apresentação de relatório descrevendo as dinâmicas ocorridas.
- e) **20%(vinte por cento)** após a entrega do último parecer consubstanciado relativo à cada projeto participante.

11.3 A não entrega de qualquer um dos relatórios e pareceres descritos neste termo de referência impedirá o pagamento de qualquer parcela a receber.

11.4 Os pagamentos serão feitos por meio de crédito em conta corrente da CONTRATADA.

11.5 No valor contratado devem estar incluídos todos os insumos e os tributos, inclusive contribuições fiscais, previdenciárias e encargos trabalhistas, bem como quaisquer outras despesas necessárias à completa execução desta contratação, tais como: hospedagem, passagens, alimentação, locação de espaço para realização do laboratório, entre outros.

## 12 DOCUMENTAÇÃO PARA HABILITAÇÃO

12. 1 A habilitação das empresas concorrentes deverá estar condicionada à apresentação, no memento da inscrição, da seguinte documentação:

- a. Planilha de custos;
- b. Currículo da empresa candidata;
- c. Currículo do gestor do laboratório (quando necessário, nos termos dos itens 8.1 e 8.5 deste Termo de Referência)
- d. Comprovação de experiência mínima da empresa candidata de acordo com os itens 8.3, 8.4, 8.5, 8.6, 8.7, 8.8 e 8.9 deste Termo de Referência
- e. Metodologia e estrutura do laboratório.

12.2 A exigência de itens de comprovação técnico-profissional no momento da habilitação visa garantir os requisitos mínimos necessários para que a proposta esteja apta a contemplar, na realização dos laboratórios, as características específicas da tipologia de formato de obra audiovisual, conforme a definição contida no item 1.2 deste Termo de Referência

12.3 A análise de habilitação se restringirá ao cumprimento formal dos requisitos descritos e especificados nesse termo de referência. A avaliação do currículo da empresa, bem como a comprovação de sua experiência, obedecerá aos requisitos exigidos nos referidos itens deste termo de referência, usando, quando for o caso, o currículo do gestor, conforme previsto nos itens 8.1 e 8.5 No caso da metodologia, sua avaliação será feita estritamente de acordo com o exigido no edital e neste Termo de Referência, verificando se está orientada para projetos da tipologia de formato de obra audiovisual, contemplando os itens previstos no item 9.2 do termo de referência.”

## 13. VIGÊNCIA

13.1 A vigência da prestação dos serviços será de **20 (vinte) meses**, contada a partir da data de assinatura do instrumento contratual.

#### **14. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

14.1 Observar, durante a execução e/ou fornecimento do objeto do presente Termo de Referência, todas as condições estabelecidas neste instrumento e em seus anexos e/ou aditivos;

14.2 Manter, durante a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para a contratação, nos termos do inciso XIII do art. 55 da Lei nº. 8.666/93;

14.3 Levar, imediatamente, ao conhecimento da CONTRATANTE, qualquer fato extraordinário ou anormal que ocorrer na execução do objeto contratado, para adoção das medidas cabíveis;

14.4 Encaminhar à CONTRATANTE a Nota Fiscal/Fatura dos serviços prestados, acompanhada dos comprovantes de regularidade fiscal necessários ao processamento de pagamento;

14.5 Manter, sigilo e confidencialidade quanto aos trabalhos executados, bem como não utilizar, em benefício próprio ou de terceiros, informações não divulgadas ao público e às quais tenha acesso por força de suas atribuições contratuais, salvo nas hipóteses previstas em lei;

14.6 Atender as solicitações de serviços da CONTRATANTE, com observância das normas técnicas e legais aplicáveis e de acordo com as especificações, procedimentos de controle administrativo e cronogramas que venham a ser estabelecidos;

14.7 Reparar todos os danos e prejuízos que comprovadamente sejam de sua responsabilidade, durante a execução deste Contrato, não restando excluída ou reduzida a responsabilidade de acompanhamento ou fiscalização por parte da CONTRATANTE;

14.8 Apresentar previamente a relação dos profissionais designados para a prestação dos serviços, que deverá atender às exigências estabelecidas neste Termo de Referência;

14.9 Refazer serviços quando apresentarem padrões de qualidade inferiores aos definidos, sem ônus adicionais para a CONTRATANTE.

14.10 Substituir por profissional de nível equivalente, sempre que exigido pela CONTRATANTE, qualquer empregado cuja atuação, permanência e/ou comportamento seja julgado prejudicial, inconveniente ou insatisfatório à disciplina da repartição ou ao interesse do serviço público, ou ainda incompatível com o exercício das funções que lhe foram atribuídas.

14.11 Em relação aos seus profissionais, a CONTRATADA ficará responsável por todas as despesas decorrentes da execução dos serviços contratados, tais como: salários, seguros de acidentes, taxas, impostos e contribuições, indenizações, auxílio-refeição, auxílio-transporte, assistência médica, exames médicos obrigatórios (admissional, demissional, periódicos, etc.), bem como quaisquer outras obrigações que porventura venham a ser criadas ou exigidas na legislação.

#### **15. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

15.1 Colocar à disposição da CONTRATADA todas as informações necessárias para a perfeita execução dos serviços objeto deste contrato;

15.2 Fiscalizar a execução do presente contrato, avaliando a execução e/ou o fornecimento do objeto e atestando o cumprimento das obrigações assumidas pela CONTRATADA;

15.3 Realizar os pagamentos devidos à CONTRATADA nas condições estabelecidas neste contrato, após a devida aceitação e mediante apresentação da Nota Fiscal, discriminando os serviços efetivamente executados;

15.4 Notificar à CONTRATADA a ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução do Contrato, fixando prazo para a sua correção ou substituição, conforme o caso;

15.5 Proceder às advertências, multas e demais cominações legais pelo descumprimento das obrigações assumidas pela CONTRATADA.

15.6 Verificar a regularidade da situação fiscal da CONTRATADA antes de efetuar os pagamentos devidos.

15.7 Verificar o cumprimento dos requisitos mínimos de qualificação profissional exigidos neste Termo de Referência, exigindo à CONTRATADA a substituição, se for o caso.

15.8 Exigir o imediato afastamento ou substituição de qualquer empregado da empresa CONTRATADA que não mereça confiança no trato dos serviços, que adote postura inconveniente ou incompatível ou que produza complicações para a supervisão e fiscalização do contrato.

## **16. CONFIDENCIALIDADE**

16.1 A CONTRATADA obriga-se a manter a confidencialidade e o sigilo das informações recebidas e obtidas em decorrência desta contratação, inclusive o conteúdo de suas atividades e informações de que tenha ou venha a ter conhecimento ou acesso em razão do cumprimento do presente, não podendo sob qualquer pretexto utilizá-las para si, divulgar, revelar, reproduzir ou dar conhecimento a terceiros, responsabilizando-se, em caso de descumprimento desta obrigação, pelas perdas, danos, lucros cessantes e demais previsões legais.

## **17. DA EXECUÇÃO E FISCALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO**

17.1 O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993, e do art. 6º do Decreto nº 2.271, de 1997

17.2 O representante da Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

17.3 A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência

17.4 A execução dos contratos deverá ser acompanhada e fiscalizada por meio de instrumentos de controle, que compreendam a mensuração dos aspectos mencionados no art. 34 da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 02, de 2008, quando for o caso

17.5 O fiscal ou gestor do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

17.6 A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

17.7 O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

17.8 O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de



Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

17.9 As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo IV (Guia de Fiscalização dos Contratos de Terceirização) da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 02, de 2008, aplicável no que for pertinente à contratação.

## **18. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

18.1 Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

- a) inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
- b) ensejar o retardamento da execução do objeto;
- c) fraudar na execução do contrato;
- d) comportar-se de modo inidôneo;
- e) cometer fraude fiscal;
- f) não manter a proposta.

18.2 A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

18.2.1 advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

18.2.2 multa moratória de 5% (cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 20 (vinte) dias;

18.2.2.1. em se tratando de inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia, ainda que seja para reforço, aplicar-se-á multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, observado o máximo de 2% (dois por cento), de modo que o atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração contratante a promover a rescisão do contrato;

18.2.2.2. as penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

18.2.3. multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

18.2.3.1. em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

18.2.4. suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

18.2.5. impedimento de licitar e contratar com a União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;

18.2.6. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

18.3. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, a Contratada que:

18.3.1. tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

18.3.2. tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

18.3.3. demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

18.4. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

18.5 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Contratante, observado o princípio da proporcionalidade.

18.6 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

## **19 DA RESCISÃO**

19.1. O Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

19.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

19.3. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

19.4. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

19.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

19.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

19.4.3. Indenizações e multas.

## **20 DA RESPONSABILIDADE PELO TERMO DE REFERÊNCIA**

20.1 Este Termo de Referência foi elaborado pelo (s) servidor(es) abaixo, no uso de suas atribuições legais e profissionais, estando em consonância com as disposições legais e normativas aplicáveis, sendo objeto de exame e, no caso de concordância, aprovação pela autoridade abaixo subscrita

## ANEXO I – PLANILHA DE PREÇOS

ITEM	QUANT.	UNID.	VALOR UNITÁRIO	VALOR GLOBAL
Instrutores Presenciais				
Profissionais para o acompanhamento a distância				
Espaço Físico				
Equipamentos				
Transporte				
Hospedagem				
Material Didático				
Custos Administrativos				
Bônus				
TOTAL				



Documento assinado eletronicamente por **Fabio Campos Barcelos, Técnico em Regulação da Atividade Cinematográfica e Audiovisual**, em 22/05/2017, às 14:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 11 da RDC/ANCINE nº 66 de 1º de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Marcial Renato De Campos, Superintendente de Fomento**, em 25/05/2017, às 11:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 11 da RDC/ANCINE nº 66 de 1º de outubro de 2015.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.ancine.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.ancine.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0450038** e o código CRC **032BB914**.